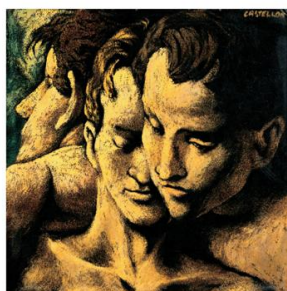


William Naphy

BORN TO BE GAY

HISTÓRIA DA HOMOSSEXUALIDADE



70

70

Prólogo

Rotular as Pessoas

Qualquer história da homossexualidade deve começar por lidar com dois problemas conexos, mas bastante distintos, relativos à sexualidade em geral. O primeiro é a questão da «natureza *vs.* cultura». Basicamente, o que se questiona é se a preferência pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo resulta de uma predisposição genética ou da educação. Seria tentador e demasiado fácil responder que resulta de uma combinação de ambas e depois seguir em frente. Isso seria no entanto demasiado simplista e estaríamos a ignorar as verdadeiras questões levantadas (e pressupostas) por este debate.

Mesmo que se defendesse que a «natureza» (*i.e.* a genética) é o factor principal da atracção sexual, isso não significa que o indivíduo vá forçosamente actuar movido pelos seus «impulsos genéticos». Isto é, um indivíduo pode ser geneticamente propenso à atracção por pessoas do mesmo sexo mas reprimir esses desejos, casar, ter filhos e nunca ter relações com uma pessoa do mesmo sexo. Nestes casos, a cultura, a religião, as leis e os valores do indivíduo podem servir para travar os ditos impulsos.

Da mesma forma, quase todas as pessoas nos países desenvolvidos do Ocidente são criadas em meios que apresentam, de modo constante e inflexível, a «heterossexualidade» como normativa. Apesar desta «educação» esmagadora por parte da sociedade, a um nível mais geral, e pelos pais, desde muito cedo, ao nível individual, uma minoria significativa da população continua a ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Assim, uma educação sociocultural generalizada parece não conseguir calar sentimentos homossexuais nem impedir práticas homossexuais. Querirá isso dizer que o impulso genético é mais forte do que as consequências da educação? Ou será que o contexto social e cultural geral é insuficiente para reforçar ou, mais raramente no caso de um ambiente familiar muito «liberal», dominar a especificidade da educação do indivíduo?

Não há dúvida de que a questão é mais complexa do que a mera oposição entre natureza (genética) e cultura (educação). Também não é apenas uma «mistura das duas coisas». Se existe uma predisposição genética para a atracção homossexual (e a maioria

dos estudos recentes sobre seres humanos e animais parece indicar que sim), existem também provas mais do que suficientes para sugerir que essa predisposição não é avassaladora. Nem sequer se trata de um caso de «sim ou não» («homossexual» ou «heterossexual»). A variedade de actividades sexuais entre indivíduos nas várias fases das suas vidas sugere que a sexualidade funciona num «espectro» contínuo. Além disso, os seres humanos são capazes de manter vidas sexuais que parecem contrariar as suas «inclinações» e, nalguns casos, de nem sequer ter uma vida sexual (com outros), por opção. Será que existe algum gene para o celibato? – apetece-nos perguntar.

Assim, o argumento do ponto de vista da natureza e da genética não é convincente nem completo. Ao mesmo tempo, a justificação da sexualidade não normativa ou desviante através da cultura também não explica a grande variedade de actividades sexuais dos humanos. Além disso, a maioria dos argumentos a favor da natureza ou da cultura pressupõe a existência de um tipo normativo de prática sexual (atração pelo sexo oposto) e que seja encontrada uma «explicação» para o «desvio» a essa norma. Mas se, em alternativa, pedíssemos aos cientistas e sociólogos para provar que existe uma «explicação» genética ou sociocultural para a atracção pelo sexo oposto a reacção seria de perplexidade ou irrisão. Na realidade, este debate não deixa de ser apenas mais uma construção social. As sociedades do Ocidente procuram encontrar explicações globais para o motivo que leva determinado indivíduo a ter relações sexuais com outro indivíduo. Essas explicações são cruciais para os debates sociais, culturais, legais e políticos em curso nas sociedades ocidentais. Se essas sociedades, por exemplo, demonstrassem pouco ou nenhum interesse pela interacção sexual dos indivíduos e não fizessem qualquer distinção legal entre tipos de actividade ou relações sexuais, o debate faria pouco sentido. Assim, a questão da «natureza *vs.* cultura» resulta em grande parte do contexto específico dos debates nas culturas ocidentais em torno de respostas sociais e legais apropriadas às actividades sexuais desviantes.

Isso conduz-nos a outra importante dicotomia presente em qualquer debate sobre a sexualidade: «essencialismo *vs.* construtivismo». Estas duas palavras algo assustadoras centram-se na questão da «identidade» sexual. Os essencialistas afirmam, basicamente, que existem categorias como a homossexualidade, a bissexualidade e a heterossexualidade. As sociedades podem usar vários rótulos e reagir de maneiras diferentes aos indivíduos que são homossexuais, bissexuais ou heterossexuais. O

importante, porém, é que essas identidades são «verdadeiras» e inerentes (ou essenciais) aos indivíduos e à condição humana.

Os construtivistas, por outro lado, sustentam que tais expressões (homossexual) são apenas categorias criadas por culturas e sociedades. Não existem verdadeiramente fora desses rótulos. Assim, «homossexual» é alguém que entende que é «homossexual» porque ela/ele vive numa sociedade que classifica o seu comportamento dessa maneira. Em culturas onde esses rótulos não existissem não existiriam também quaisquer fronteiras ou categorias inerentes. Numa sociedade sem essas categorias, uma pessoa que tivesse relações sexuais com outra do mesmo sexo talvez não se concebesse como «diferente» de alguém que nunca tivesse tido relações semelhantes. Neste modelo, descrever alguém como «*gay*» não é o mesmo que dizer que a pessoa é «alta» ou «loura». *Gay* não é uma característica essencial da pessoa, antes um modo de definir e categorizar (mesmo rotular) o indivíduo pelo seu comportamento. Uma analogia seria pressupor três categorias: desportivo (pratica desportos de forma activa), desportivo-espectador (gosta de assistir a desportos) e não desportivo. Nalgumas culturas os indivíduos podiam muito bem ser definidos por estes termos. No entanto, em culturas sem grandes actividades desportivas organizadas tais distinções não fariam qualquer sentido, ao passo que «competitivo», «conciliador» e «não competitivo» talvez pudessem definir características e abordagens pessoais semelhantes dessas circunstâncias. Estes dois grupos de categorias nunca iriam coincidir por completo e não abarcariam toda uma série de outros valores e actividades sociais e culturais. Fariam sentido, contudo, no seio da sua própria cultura. É assim que os construtivistas entendem as categorias relativas à sexualidade. Não se trata apenas de outra versão do debate «natureza *vs.* cultura». Este tem a ver com as razões por que certas pessoas têm relações sexuais com outro determinado tipo de pessoas, enquanto o debate «essencialismo *vs.* construtivismo» se centra no modo como os indivíduos e as sociedades identificam, categorizam e explicam o comportamento sexual. Ou, dito de outra forma, o debate «natureza *vs.* cultura» procura entender o que uma pessoa está a fazer, enquanto o segundo debate analisa o que essa pessoa pensa que está a fazer.

Se a questão «natureza *vs.* cultura» é importante para os debates actuais sobre os «direitos» e a lei, então a questão «essencialismo *vs.* construtivismo» é ainda mais importante, apesar de ser ainda bastante desconhecida. A oposição «natureza *vs.* cultura» é muitas vezes usada para defender que, tal como as minorias raciais ou

étnicas (pelas suas origens genéticas ou nacionais) ou as minorias religiosas (por convicções não normativas), os indivíduos que se dedicam a práticas sexuais desviantes não deviam ser discriminados. Assim, a ideia é que os «homossexuais», por exemplo, não deviam ser discriminados porque as suas inclinações sexuais podem ser genéticas (como ser negro - o argumento da «natureza») ou resultado da sua educação (como ser judeu ou católico - o argumento da «cultura»), e não de uma opção. Este argumento tem-se revelado bastante convincente embora seja fortemente contestado pelos que defendem que a homossexualidade não é uma tendência mas apenas uma questão de escolha (isto é, como qualquer outro «pecado») e que por isso pode ser contrariada e vencida. Como pura opção, a homossexualidade não justificaria mais protecções legais do que o pára-quedaismo ou qualquer outro «passatempo».

Quando utilizamos a dicotomia «essencialismo *vs.* construtivismo» o debate muda radicalmente de figura. O construtivismo sugere que não existem categorias sexuais diferenciadoras e que todo o comportamento sexual segue uma linha de continuidade. O máximo que se pode dizer é que a atracção pelo sexo oposto tem sido «mais comum» ao longo da história; se bem que as relações sexuais com ambos os sexos tenham sido quase tão «comuns», sobretudo em culturas sem fortes conceitos religiosos sobre as actividades sexuais. O essencialismo sugere que a «homossexualidade», por exemplo, não é apenas uma predisposição genética mas algo fundamental e decisivo para a identidade de um indivíduo (portanto, mais como a condição de judeu, que tem conotações étnicas/genéticas e religiosas/culturais).

Este debate podia ser utilizado para argumentar que considerar, definir ou perseguir alguém como «homossexual» é, na verdade, uma atitude historicamente anormal e antinatural. Os actos sexuais desse indivíduo são apenas isso - actos. O outro lado do debate poderia então responder que, nesse caso, talvez fosse aceitável criminalizar os actos em si sem fazer suposições acerca do indivíduo (algo muito parecido com a posição «condenai o pecado, não o pecador» de alguns grupos cristãos). O que interessa salientar é que a dicotomia «essencialismo *vs.* construtivismo» situa as discussões sobre sexo, sexualidade e actividades sexuais no âmbito da sociedade e da cultura enquanto a oposição «natureza *vs.* cultura» coloca a questão sobretudo no campo do indivíduo e das suas experiências de vida. Ambas podem ser usadas para defender ou condenar a «tolerância» ou a «descriminalização»;

nenhuma permite a qualquer dos lados dos debates actuais levar a melhor. Contudo, abordam efectivamente as questões de maneira diferente.

Convém dizer algumas palavras sobre a estrutura deste livro. Resolvi adoptar uma abordagem mais ou menos cronológica que procura examinar as atitudes para com as relações homossexuais um pouco por todo o mundo e durante as mesmas épocas. Existem por isso alguns «saltos» geográficos. Cada capítulo, porém, funciona como um «retrato instantâneo» das relações homossexuais de um determinado período em zonas geográficas mais ou menos distintas. Assim, deve ser possível a um leitor interessado, por exemplo, no Extremo Oriente passar de capítulo para capítulo concentrando-se apenas nas partes que tratam dessa região.

A possibilidade de analisar as histórias não ocidentais em pormenor é essencial para qualquer história da homossexualidade. A intenção deste livro é ser uma história das actividades homossexuais em todo o mundo. Não será uma história da homossexualidade ocidental com algumas alusões ao resto do mundo. Consequentemente, existe aqui muita história desconhecida da maior parte dos leitores ocidentais (pela sua natureza, o alvo principal deste livro). Como nos lembra Dipesh Chakrabarty, um dos aspectos mais curiosos acerca da história actualmente é que enquanto se «espera» que os não ocidentais conheçam grande parte da história do Ocidente, os historiadores ocidentais (amadores e profissionais) acham perfeitamente natural ignorar quase por completo a história das sociedades e culturas não ocidentais. Para haver alguma esperança de perceber o lugar das actividades homossexuais no âmbito mais vasto da existência humana em todo o mundo e ao longo da história, este egocentrismo ocidental não pode ser tolerado.

Espero que os leitores ocidentais não desistam e se sintam genuinamente dispostos a entender que a homossexualidade não é um fenómeno ocidental com alguns reflexos noutras culturas do passado e do presente. O verdadeiro conhecimento e a análise da história das culturas não ocidentais cumprem vários objectivos. Em primeiro lugar, a homossexualidade será entendida como uma actividade normativa, se bem que invulgar, ao longo da história da humanidade e em todo o mundo. Em segundo lugar, as presunções e preconceitos da sociedade cristã ocidental serão considerados verdadeiramente bizarros no contexto mais vasto da experiência humana. Por último, os ocidentais serão obrigados a encarar a realidade de que a sua história não é a «História» e que importantes civilizações se desenvolveram e existem à

margem dos padrões das culturas cristãs do Ocidente. Se a história da homossexualidade continua a ser um fenómeno sobretudo ocidental, a sua censura por conservadores religiosos ocidentais é ainda bastante feroz – na verdade, essa história mostra apenas um debate contínuo entre a (várias) palavra(s) de Deus (judaica, cristã e islâmica) e os «sodomitas». No entanto, quando encarada como apenas uma história «igual» num contexto global mais vasto percebe-se rapidamente como é «anormal» a reacção monoteísta (avessa ao sexo e ao prazer) à atracção e práticas homossexuais. Colocar a homossexualidade ocidental no seu «lugar» no mundo coloca também a reacção religiosa ocidental ao comportamento homossexual no seu lugar – marginal, invulgar e, no contexto da história da humanidade, anormal.

A divisão dos capítulos tem como base a propagação do monoteísmo, que surgiu com o judaísmo, e da sua moral sexual. Assim, o primeiro capítulo examinará a situação antes do advento do judaísmo. Com o desenvolvimento dos capítulos, as normas sexuais judaicas, cristãs e islâmicas espalham-se pelo mundo e as tradições politeístas (e polissexuais) mais antigas são substituídas ou fortemente influenciadas pelas atitudes sexuais das três grandes religiões monoteístas do Médio Oriente. No auge do domínio europeu (c. 1900), essas normas já predominavam em quase todo o mundo. O último capítulo mostrará como a reacção e a rejeição dessa hegemonia moral do Ocidente nasceram não noutras culturas reafirmando valores e tradições sociais e culturais preexistentes mas no seio da própria cultura ocidental que ofuscou o mundo nos finais do século XIX. Assim, as questões da sexualidade serão tratadas à escala mundial utilizando a linguagem e as construções, favoráveis e contrárias à homossexualidade, do Ocidente.

Antes da aceitação generalizada das normas sexuais judaicas, cristãs e islâmicas, grande parte do mundo parecia mostrar pouco ou nenhum interesse nas actividades homossexuais e, em muitos casos, tinha uma atitude relativamente positiva (ou geralmente favorável) para com elas. A ironia é que nos debates actuais sobre a homossexualidade as opiniões mais clamorosamente reprovadoras são muitas vezes expressas por pessoas de culturas que lutaram árdua e longamente para se libertarem do jugo da dominação ocidental. Assim, o que este estudo específico sobre as actividades homossexuais vem realçar é que o domínio ocidental de terras estrangeiras foi relativamente curto, que o seu domínio da economia mundial tem-se revelado mais duradouro e que a sua influência sobre outras culturas é cada vez mais generalizada. O

controlo do pensamento e da moral dos povos não ocidentais tem-se revelado tão adaptável e triunfante que chega a ser «interiorizado» por esses mesmos povos.

Muitas culturas não ocidentais naturalizaram de tal forma os valores «vitorianos» relativos aos actos homossexuais e às relações entre os sexos (por exemplo, o papel das mulheres) que negam que os mesmos sejam estranhos e, na realidade, rejeitam os aspectos da sua história pré-colonial que pareçam discordar dessa identidade moral. Um dos objectivos principais deste livro será avaliar a influência que essa adopção (por culturas antes colonizadas pelo Ocidente) dos costumes sexuais ocidentais teve no passado, e tem actualmente, sobre as atitudes para com a homossexualidade dessas mesmas culturas.